

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS: UMA ABORDAGEM DE PRÁTICAS E AÇÕES ADOTADAS POR EMPRESAS BRASILEIRAS.

Hellem Aparecida Moreira Da Silva¹

Elimária Maria Ribeiro¹

Ludiely Da Silva Leite Oliveira¹

Láise do Nascimento Cabral²

Sara Gonçalves Rabelo³

RESUMO

O presente estudo tem como propósito compreender como o desenvolvimento sustentável nas organizações contribui com a conservação do meio ambiente, assim como, com o bem-estar social. O desenvolvimento sustentável tem obtido destaque dentro das organizações como prática e possibilidade de garantir a longevidade das empresas no mercado, sendo um tema discutido e abordado globalmente. O termo que foi mais difundido a partir da formalização do conceito em 1987 no relatório Brundtland engloba a necessidade de repensar as práticas adotadas por países e empresas em relação ao uso dos recursos naturais. Considerando que as organizações possuem papel fundamental no controle dos impactos negativos no meio ambiente, a abordagem de práticas sustentáveis torna-se bastante relevante. Assim, além de tratar sobre o contexto do desenvolvimento sustentável e do tripé da sustentabilidade, o presente estudo aponta práticas adotadas por algumas empresas e sobre como a sociedade está exigindo, através do seu consumo, que as organizações tomem medidas destinadas à conservação do seu habitat natural. A metodologia utilizada teve como base a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, utilizando da forma descritiva, com o intuito de compreender a abordagem da temática dentro das empresas na visão de diferentes autores. O trabalho, portanto, evidencia a importância de adotar-se práticas ligadas à responsabilidade social das entidades, que contribuem de maneira positiva para a sociedade e o meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, bem-estar social, meio ambiente.

¹Bacharelado em Administração pelo Instituto Federal Goiano - Campus Campos Belos. E-mail: hellem.moreira@estudante.ifgoiano.edu.br/ elimaria.ribeiro@estudante.ifgoiano.edu.br/ ludiely.oliveira@estudante.ifgoiano.edu.br

² Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande e Docente no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação Goiano - Campus Campos Belos. Orientadora. E-mail: laise.nascimento@ifgoiano.edu.br

³ Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia e Docente no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação Goiano - Campus Campos Belos. Coorientadora. E-mail: sara.rabelo@ifgoiano.edu.br

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand how sustainable development in organizations contributes to environmental conservation, as well as social well-being. Sustainable development has gained prominence within organizations as a practice and possibility to guarantee the longevity of companies in the market, being a topic discussed and addressed globally. The term that became more widespread after the formalization of the concept in 1987 in the Brundtland report encompasses the need to rethink the practices adopted by countries and companies in relation to the use of natural resources. Considering that organizations play a fundamental role in controlling negative impacts on the environment, the approach to sustainable practices becomes very relevant. Thus, in addition to dealing with the context of sustainable development and the trivet of sustainability, this study highlights practices adopted by some companies and how society is demanding, through its consumption, that organizations take measures aimed at conserving their habitat natural. The methodology used was based on qualitative bibliographical research, using a descriptive format, with the aim of understanding the approach to the topic within companies from the perspective of different authors. The work, therefore, highlights the importance of adopting practices linked to the social responsibility of entities, which contribute positively to society and the environment.

Keywords: Sustainable development, social well-being, environment.

INTRODUÇÃO

Em decorrência dos avanços tecnológicos proporcionados pela Revolução Industrial a exploração dos recursos passou de uma escala pequena, antes advinda apenas da mão de obra humana, para uma escala quase que imensurável com a utilização das máquinas. A capacidade produtiva e exploratória dos seres humanos cresceu absurdamente e conseqüentemente a capacidade de destruição do seu hábitat natural.

Como resultado, nos últimos anos, assuntos que envolvem questões ambientais têm sido bastante discutidos no meio político. Com essas discussões, a associação deste problema foi relacionada com vários fatores. Entre eles, a política do consumo imposta pelas empresas que buscam apenas alimentar o desejo de consumo da população.

Em virtude disso, o presente cenário está mudando, pois os maiores responsáveis, por devastar e poluir o meio ambiente, estão começando a se mobilizar e fazer a diferença dentro do âmbito empresarial. Muitas organizações estão buscando a conservação ambiental e o bem-estar social. Em suma, as empresas se baseiam em uma gestão responsável dos recursos naturais, promovendo a redução do consumo, a otimização dos processos produtivos e a

busca por parcerias inteligentes. Essas práticas auxiliam na conservação do meio ambiente, assim como no bem-estar social.

De acordo com Pozzetti *et al.* (2020) a distinção entre preservar e conservar, está relacionada ao uso do recurso ambiental; enquanto conservação está ligado ao seu uso de forma sustentável e consciente, evitando a destruição e a extinção do recurso utilizado, preservação preza pela intocabilidade dos recursos, ou seja, promove ações que garanta a manutenção e proteção do ambiente natural.

Neste contexto, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) abordada por Barbieri; Cajazeira (2016, p. 43) e por Pereira (2022) tem se tornado uma preocupação cada vez mais presente no contexto empresarial atual. Empresas têm percebido que a busca pelo lucro não pode ser dissociada do cuidado com o meio ambiente e com o bem-estar social. Nesse sentido, as ações sustentáveis têm se destacado como uma abordagem estratégica que visa o desenvolvimento socioeconômico de forma responsável e equilibrada.

O trabalho justifica-se na necessidade de repensar modelos de negócios que se preocupem com seus impactos no ecossistema e na sociedade em geral. Os recursos naturais, como enfatizado por Pereira (2022, p. 9), "são explorados tanto por pessoas físicas como por pessoas jurídicas, a maior questão é o limite imposto para preservar o meio ambiente e desenvolver-se sustentavelmente." Tendo em mente que estes são finitos, existe a necessidade de criar estratégias e negócios que os usufruem sem exterminá-los e sem prejudicar futuras gerações. Cabendo, assim, averiguar a influência de negócios sustentáveis na preservação desses recursos, assim como no bem-estar social.

Esta pesquisa visa discorrer acerca da importância do desenvolvimento sustentável dentro das empresas para o meio ambiente e a sociedade. Gerando reflexões a respeito do impacto provocado pelas organizações no ecossistema através do seu meio produtivo e critérios a serem adotados pelas entidades para se enquadrarem como Responsável Socialmente.

A compreensão da responsabilidade ambiental dentro do âmbito organizacional, tem por perspectiva buscar o entendimento dessa temática na promoção do bem comum e principalmente na conservação da biodiversidade. Através dessas preocupações, as organizações que procuram um diferencial, criam práticas ambientais responsáveis pelo meio socioambiental, visando seu crescimento financeiro e como está sendo transmitido sua imagem para o mercado.

Com isso, pretende-se atingir o objetivo geral, de compreender como o desenvolvimento sustentável nas empresas auxilia na conservação do meio ambiente e no bem-estar social. Por meio de uma descrição de tema, apresentação dos critérios e a representação da relevância do assunto, analisando ações e impactos de empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

A fim de alcançar o proposto, tem-se por objetivos específicos - conhecer as influências do desenvolvimento sustentável no bem-estar social e meio ambiente; compreender os critérios necessários para classificar uma empresa como sustentável; averiguar como as organizações podem agregar valor por meio de práticas sustentáveis; identificar ações e impactos de empresas que trabalham com o Desenvolvimento Sustentável.

Como problema de pesquisa questionou-se: Como o desenvolvimento sustentável nas empresas auxilia na conservação do meio ambiente e no bem-estar social? A seguir, tratar-se-á do estado da arte, onde os objetivos foram contemplados a partir de uma importante base teórica sobre a temática de estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Seguem os pontos elencados para tratar dos tópicos de construção deste trabalho. O primeiro tópico constitui-se do Histórico do desenvolvimento sustentável, abordando acontecimentos importantes que desencadearam a preocupação com a temática e um subtópico com seu conceito na visão de diferentes autores. Já no segundo tópico, trata-se das questões do Desenvolvimento sustentável e as relações estabelecidas entre os ecossistemas ambientais e o bem-estar social. Dentro do terceiro tópico, aborda-se os critérios necessários para que uma empresa seja classificada como sustentável. No quarto tópico, apresenta-se o conceito de Tripé da sustentabilidade e suas subdivisões, sendo: Sustentabilidade Econômica; Ambiental e Social. O quinto tópico, trata-se da conceituação de Responsabilidade Social Empresarial onde é apresentado as diferentes perspectivas dos autores e critérios sobre a temática. Por fim, o sexto tópico, refere-se às Práticas sustentáveis dentro do âmbito empresarial, onde é exposta algumas práticas adotadas por empresas que se destacam pelo comprometimento com a sustentabilidade descritas através de seus relatórios anuais e um subtópico sobre como agregar valor através dessas práticas.

2.1 Histórico do Desenvolvimento Sustentável (DS)

As principais preocupações destinadas aos impactos da atividade humana no meio ambiente ocorreram na década de 50, devido a problemas causados por teste de bombas nucleares e uso de substâncias químicas como agrotóxicos no planeta (NASCIMENTO, 2012; SUGAHARA; RODRIGUES, 2019; KLEIN, 2021). Em vista disso, como abordado por Klein (2021) surgiu maior notoriedade ao assunto e pressão nas empresas e no governo para aderirem novas práticas.

Com a publicação do relatório “Limites do Crescimento” em 1972, pelo Clube de Roma, a preocupação e questionamento em relação ao desenvolvimento desenfreado e suas consequências, causadas a partir da Revolução Industrial, tiveram ênfase (SANTOS; WEBER, 2020). Através deste, trataram sobre como o crescimento acelerado estava caminhando para atingir o limite do planeta, resultando em consequências incontroláveis. No mesmo ano também foi realizada a Primeira Conferência das Nações Unidas conhecida como Conferência de Estocolmo que debateram sobre quais ações deveriam ser tomadas para mitigar os impactos ambientais que vinham ocorrendo (SUGAHARA; RODRIGUES, 2019).

Desta maneira, a partir da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), foi publicado em 1987 o relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future), também conhecido como Relatório Brundtland, e o termo Desenvolvimento Sustentável foi difundido, apresentando sua definição mais utilizada atualmente (SANTOS; WEBER, 2020, NASCIMENTO, 2012).

Em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, conhecida por Rio-92 ou Cúpula da Terra. Nela foram criados documentos importantes como a Convenção da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas, resultando no Protocolo de Kyoto; a Declaração do Rio e a Agenda 21, que contribuíram com a expansão do termo sustentabilidade e em determinar ações mais concretas a serem tomadas (KLEIN, 2021; NASCIMENTO, 2012). Segundo Pontes e Figueiredo (2023) com a realização da Rio+10 em 2002, foram avaliados os resultados obtidos em relação aos compromissos abordados na Rio-92 e houve um maior envolvimento da área corporativa nessas ações.

Já em 2012 ocorreu outra Cúpula da Terra na cidade do Rio de Janeiro, chamada Rio +20, com os objetivos de fazer um levantamento dos 20 anos passados desde a primeira Cúpula da Terra, contribuindo com o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, que apresenta 17 objetivos traçados pela ONU para serem atingidos até 2030 (SUGAHARA; RODRIGUES, 2019).

Diante disso, a Rio +20 buscou avaliar o progresso e os retrocessos em relação aos compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, conhecida como Rio-92 (PONTES; FIGUEIREDO, 2023). Ou seja, a Rio+20 foi um momento de reflexão sobre o que havia sido alcançado e onde os desafios persistem em relação às metas e acordos ambientais estabelecidos antes da Rio-92.

Portanto, diversos acontecimentos representaram uma etapa significativa no avanço do conceito de desenvolvimento sustentável, que apesar da pouca atenção dada aos problemas sociais enfrentados relacionado à busca pelo desenvolvimento, ficou claro que mudanças no modelo econômico e nas práticas empresariais eram necessárias. Conforme afirma Pontes e Figueiredo (2023, p. 11) “É urgente a construção de uma consciência ambiental que provoque a atuação em prol do futuro do meio ambiente como condição básica para a preservação da vida humana na Terra”. Em outras palavras, qualquer desenvolvimento que se proponha deve levar em conta o futuro da humanidade.

2.1.1 Conceito de Desenvolvimento Sustentável

A busca pelo desenvolvimento surgiu renovando o conceito de desenvolvimento sustentável, como solução da necessidade de conceber o mesmo pelas dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais (MOLINA, 2019). Em suma, o conceito de desenvolvimento é abordado sob várias perspectivas, apresentando um desafio na promoção do crescimento econômico voltado para a promoção da inclusão social, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Dentre as diferentes definições pode-se afirmar que a sustentabilidade, em si, busca conciliar a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico, ambos os fatores necessitam de equilíbrio para se manterem desenvolvidos.

Nesse sentido, segundo Fauth e Olivares (2022, p.145)

a proposta de uma alternativa econômica compatível com a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, tem seu ponto de partida com a ampliação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade dispostos no Relatório Brundtland, abrindo expectativas sobre a possibilidade de um desenvolvimento que conseguisse minimizar os efeitos degenerativos que vinham ocorrendo diretamente sobre o meio ambiente em solidariedade com uma justiça social.

De acordo com Leff (2013 *apud* RUSSO, 2022) o desenvolvimento sustentável esconde a real crise ambiental causada pela atividade econômica, na qual o modelo capitalista é responsável por degradar o meio ambiente, em conjunto com uma sociedade que não o restaura. Aponta assim, uma crítica ao desenvolvimento sustentável como insuficiente para lidar com os problemas ambientais, em que o sistema econômico capitalista valoriza o lucro acima da proteção do meio ambiente. Destaca ainda, a necessidade de uma mudança mais profunda no sistema econômico e na cultura social para minimizar a crise.

Como abordado por Fauth e Olivares (2022) a desigualdade social e a crise ambiental estão conectadas, pois ainda existe uma distribuição desigual dos recursos naturais, uma pressão contínua sobre esses e uma perda crescente de controle sobre a economia global por parte das comunidades locais, as ações baseadas na ideia de desenvolvimento sustentável não são eficazes o bastante. Isso indica que a forma como os benefícios ambientais são distribuídos e os custos da proteção ambiental difere dependendo dos grupos sociais e situações de diferentes países.

Para Fauth e Olivares (2022, p.145):

Evidentemente que o conceito do desenvolvimento sustentável como paradigma de mudança [...] tem grandes limitações. E, desse modo, a persistência do intercâmbio ecologicamente desigual, a pressão sobre os recursos e a progressiva perda de controle social sobre os processos econômicos globais, permite concluir que as

medidas inspiradas na ideia de desenvolvimento sustentável são absolutamente insuficientes.

Os autores reconhecem que o desenvolvimento sustentável é considerado dinâmico, ou seja, um modelo de desenvolvimento que sofre frequentes mudanças visando equilibrar o crescimento econômico positivo com a preservação ambiental e o bem-estar social. Portanto, fica evidente, que colocando em prática a preservação do meio ambiente, (através da educação e políticas públicas que fomentem o Desenvolvimento Sustentável) pode-se mudar a relação atual que o ser humano tem com o meio ambiente, e através do próprio ser humano, garantir um meio ambiente equilibrado para todos.

2.2 Desenvolvimento Sustentável (DS), Meio Ambiente e Bem-estar Social

De acordo com Sugahara e Rodrigues (2023), o conceito de Desenvolvimento Sustentável evoluiu ao longo do tempo. Anteriormente, ele foi focado principalmente no aspecto econômico, ou seja, na ideia de equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental. No entanto, ao longo dessa evolução, o conceito passou a considerar não apenas o crescimento econômico, mas também desenvolveu a perspectiva da “Economia Verde”. Isso significa que a sustentabilidade passou a envolver não apenas a economia, mas também a considerar aspectos ambientais e sociais, promovendo práticas econômicas que sejam ecologicamente responsáveis, visem à conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Já o meio ambiente não pode ser visto como uma natureza intocada ou um terreno onde a sociedade está completamente isolada da natureza, mas sim, como aquele onde as pessoas interagem, como resultado dispõe de suas intervenções no meio e de suas várias culturas. A espécie humana, entre todas as outras que existem na Terra, são, portanto, um componente do ambiente (CARVALHO, 2023).

Segundo o Centro de Educação Ambiental de Niterói (CEAN, 2012 *apud* CARVALHO, 2023 p. 5), meio ambiente é:

[O] conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles. Meio ambiente é tudo o que tem a ver com a vida de um ser (plantas, animais, pessoas) ou de um grupo de seres vivos. [Meio ambiente são] os elementos físicos, vivos, culturais e a maneira como esses elementos são tratados pela sociedade.

Por meio dessa afirmação, é possível se dizer que o meio ambiente inclui todos os elementos, sejam eles naturais ou artificiais (criados pelo homem), nos quais existem os seres vivos (CARVALHO, 2023). No entanto, a evolução humana e a modificação do ambiente

natural são inevitáveis, cabendo ao homem a iniciativa de tornar rentável esse crescimento baseado em princípios sustentáveis.

“Bem-estar social é determinado pela força dos relacionamentos de um indivíduo e pela maneira como eles funcionam em sua comunidade” (ARAÚJO; VILLA, 2019, p.4). Desta maneira, para assegurar o estado de bem-estar social, é fundamental que as necessidades humanas sejam atendidas e que ofereça oportunidades de crescimento para a população.

De acordo com Araújo e Villa (2019, p.3) “a proteção do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro”. Desta forma, entende-se que o bem-estar é uma preocupação global. Afinal, visa diminuir as desigualdades sociais causadas pelo capitalismo, promovendo um modo de vida que proporcione aos segmentos mais pobres da sociedade condições de vida mais humanas.

Por fim, sabendo que o conceito de desenvolvimento sustentável consiste em conceber um modelo econômico capaz de gerar riqueza e bem-estar enquanto promove a coesão socioeconômica e impede a degradação acelerada do ambiente natural. O Relatório Nosso Futuro Comum de 1987, menciona que o modelo busca “satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer ou degradar a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Deste modo, faz se necessário utilizar os recursos disponíveis de forma racional, equilibrando a capacidade produtiva sem promover o esgotamento dessas reservas. Garantindo assim, a busca por uma melhor qualidade de vida e um meio ambiente mais saudável e equilibrado.

2.3 Critérios de Sustentabilidade

Pereira (2022) enfatiza que manter os critérios de reconhecimento de uma empresa como sendo sustentável, garante, não somente, a preservação da biodiversidade, mas também, a qualidade de vida da população. Nesse sentido, os critérios são ferramentas importantes para a classificação de empresas que compactuam com os objetivos sustentáveis.

A autora ainda aborda que as rotulagens empregadas no Brasil e a Lei nº 6.938/81, que apresenta diretrizes que orientam as empresas acerca de suas atividades, trata-se dos principais critérios que devem ser considerados para se determinar maneiras de reconhecer uma empresa como sustentável. Posto isto, percebe-se a influência das rotulagens criadas no

Brasil como meio de promoção da conservação do meio ambiente e o enfoque dado a necessidade da preocupação com ele, através da criação de leis.

Drunn, Garcia e Unic (2011, p. 2) afirmam que a empresa que almeja o desenvolvimento sustentável “precisa se adequar às normas ambientais regidas por programas como SGA (Sistema de Gestão Ambiental), ISO 14000 E 14001 e Agenda 21”. Sendo assim, reforça a importância do sistema de rotulagem abordado na ISO 14001 e as normas criadas, objetivando um desenvolvimento sustentável.

De acordo com Pereira (2022) o reconhecimento de uma empresa como sustentável no Brasil ocorre a partir de uma certificação, que pode ser emitida por diversas organizações certificadoras, cada uma com seus critérios e métodos de aceitação. Sendo assim, para ser considerada sustentável as empresas devem se adequar aos requisitos exigidos pela certificadora. Enfatiza, além disso, que não basta uma empresa ser considerada sustentável, ela deve se comprometer e adotar uma nova postura frente aos problemas enfrentados.

Desta maneira, os critérios de reconhecimento adotados são estabelecidos pelas certificadoras e abordam questões econômicas, sociais e ambientais em relação às atividades desenvolvidas pela empresa. Assim sendo, cabe às organizações não se restringir apenas aos critérios exigidos pelas certificadoras, deve-se adotar práticas que perpetuem em toda cadeia produtiva e que ultrapasse o exigido.

2.4 Tripé da sustentabilidade

Triple Bottom Line (TBL), também conhecido como o tripé da sustentabilidade, foi um termo criado por John Elkington na década de 90, este apresenta a divisão da sustentabilidade em três pilares: econômico, ambiental e social. Conforme Lourenço e Carvalho (2013) o TBL analisa o desempenho da organização, além do lucro, considera a união das três dimensões: econômica, social e ambiental, além do mais, mede a postura da empresa tanto do ponto de vista interno, quanto externo à organização. Já segundo Paz e Kipper (2016, p. 89) existe uma correlação das dimensões do tripé, em que seu conceito

questiona e pondera sobre a necessidade de as empresa basearem suas decisões estratégicas neste tripé, onde deverão manter a sustentabilidade econômica do seu negócio ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor, também a sustentabilidade social estimulando atividades ligadas à educação, cultura, lazer, bem estar e justiça social da comunidade onde a empresa está inserida e tudo isso mantendo o cuidado com o meio ambiente através de cuidados ambientais como programas de reciclagem, preservação, dentre outros aspectos.

Desta forma, considera-se o conceito de TBL abrangendo a ligação entre as três dimensões, em que existe uma dependência entre um pilar e outro, para assim alcançar de fato a sustentabilidade, através de decisões empresariais estratégicas. Para melhor compreensão, esses três pilares serão aprofundados a seguir.

2.4.1 Sustentabilidade econômica

Amaral, Stefano e Chiusoli (2018, p. 56) afirmam que "A viabilidade econômica do negócio é peça central da sustentabilidade, pois, por meio do lucro, são promovidos empregos, por meio dos quais é proporcionada à comunidade a possibilidade de alcançar melhores condições de vida". Desta forma, a sustentabilidade econômica está inteiramente interligada com uma melhor qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Reforçando a ideia de que da mesma maneira que as empresas podem degradar o meio ambiente, elas também são as únicas com aparato, tanto financeiro, quanto tecnológico para promover a sustentabilidade.

Segundo Munck, Galleli e Souza (2013) a dimensão econômica engloba a criação de capital através do fornecimento de produtos e serviços, de forma que, a empresa seja lucrativa e consciente em suas atividades. Sendo assim, o pilar econômico abrange o desenvolvimento econômico da empresa, tornando-a lucrativa, mas também relaciona o envolvimento dela com a sociedade, e a necessidade de gerar esse desenvolvimento considerando seus impactos na comunidade e no meio ambiente.

2.4.2 Sustentabilidade ambiental

De acordo com Martofel *et al.* (2020, p.5) o Empreendedorismo ambiental "surgiu devido a desequilíbrios de mercado e da alocação de recursos e outras condições estimulantes, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável". Nessa perspectiva o Empreendedorismo ambiental, também chamado verde, visa contribuir com a preservação do meio ambiente e proteção dos recursos naturais, sendo resultado da percepção da degradação ambiental causada pelo ser humano.

Nascimento (2012, p. 55) afirma que a dimensão ambiental busca "produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência". Dessa forma, esse pilar prega por um consumo consciente, que pondere a finitude dos recursos e a necessidade da redução dos impactos negativos de atividades produtivas desenvolvidas pelas empresas no ambiente. Em suma, o pilar ambiental

busca a conservação e manipulação dos recursos naturais considerando sua exploração atual para suprir as necessidades de consumo da sociedade e a crise ambiental causada pelo abuso humano.

2.4.3 Sustentabilidade social

Martofel *et al.* (2020, p.4) afirmam que "o empreendedor social deve focar no crescimento humano e social, procurar por melhorias que tragam alternativa de solução nas áreas de educação, cultura, saúde e meio ambiente, criando valor social para a sociedade". Desta forma, através da perspectiva social o empreendedor desfoca da necessidade de maximizar o lucro e busca melhorias que tragam um crescimento humano para sociedade, atendendo suas necessidades frequentemente negligenciadas.

Para Munck, Galleli e Souza (2013, p. 655) dentro da organização a dimensão social refere-se “[...] ao seu impacto no sistema social onde operam; o desempenho social é abordado por meio dessa análise sobre as partes interessadas em nível local, nacional e global”. O que significa que o pilar social, aborda impactos causados na comunidade através da atuação da empresa no mercado, impactos esses que afetam além da esfera local e deve ser medido considerando todos os envolvidos, mesmo que indiretamente. Assim sendo, a perspectiva social destina-se a melhorar a qualidade de vida da população, e conseqüentemente garantir seu bem-estar, através de um olhar atento das instituições a respeito de questões negligenciadas, e ações referentes à relação com o meio ambiente que impactam a vida em sociedade.

2.5 Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

O Desenvolvimento sustentável integra práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas nas atividades das organizações, buscando o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e o bem-estar social. Esse conceito é frequentemente associado ao TBL que abrange os aspectos econômicos, ambientais e sociais. A ISO 26000 propõe a avaliação dos princípios de responsabilidade social descritos, levando em conta suas características e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, as empresas são desafiadas a adotar uma abordagem integral, considerando não apenas os resultados financeiros, mas também os impactos ambientais e as conseqüências sociais de suas operações. Santos e Weber (2020, p. 248) afirmam que a Responsabilidade Social tem como função buscar o

desenvolvimento sustentável a partir de ações e projetos com foco econômico, gerando lucro, emprego e renda, mas também buscando estratégias que promovam a equidade, bem-estar, saúde e segurança dos seus stakeholders, assim como a utilização eficiente e equilibrada dos recursos naturais.

Nesse contexto, a responsabilidade social desempenha um papel crucial na busca por equilíbrio para conduzir seus negócios de maneira a contribuir com a sociedade.

De acordo com Barbieri e Cajazeira (2016, p. 43) existem dificuldades em aplicar ações de responsabilidade social no âmbito organizacional, de modo que “as razões são muitas, começando pelo fato de envolver uma diversidade de questões que se traduzem em direitos, obrigações e expectativas de diferentes públicos, internos e externos à empresa.” Deste modo, essas dificuldades podem surgir devido a restrições financeiras, falta de conhecimento sobre as melhores estratégias a serem adotadas ou resistência interna à mudança. No entanto, superar essas barreiras é essencial para que as empresas assumam um papel ativo na construção de um mundo mais sustentável e socialmente responsável.

De acordo com Pereira (2022) uma parcela significativa dos consumidores tende a relacionar o Desenvolvimento Sustentável com a total responsabilidade empresarial, porém sem uma compreensão real da importância associada a essas questões. A percepção equivocada do público em relação à responsabilidade social e ambiental indica uma falta de compreensão desses conceitos, que pode ser atribuída a diversos fatores, como a desinformação e uma visão simples da responsabilidade corporativa. Consequentemente, as empresas enfrentam o desafio de conscientizar os consumidores e funcionários sobre a importância do Desenvolvimento Sustentável, destacando suas ações e esforços nessa área.

A ISO 26000 recomenda às organizações que ao praticarem a Responsabilidade Social, convém respeitar e contemplar os princípios da sustentabilidade. A transparência dos processos produtivos tem um papel essencial na RSE. Através dos relatórios de sustentabilidade que muitas empresas já utilizam, principalmente para manter um bom relacionamento com os investidores e clientes, é possível comunicar ao público os investimentos destinados às práticas sustentáveis.

2.6 Práticas empresariais sustentáveis

Segundo Klein (2021) existem diversas práticas e ações que podem ser implantadas de forma conjunta para atender aos critérios da sustentabilidade, e contribuir de maneira benéfica com o meio em que a organização está inserida. Desta maneira, cabe às organizações traçarem ações que mais se adequem a atuação do negócio, buscando minimizar

os impactos que sua atividade produtiva pode provocar no meio ambiente e consequentemente refletir na população.

Conforme McWilliams & Siegel (2001) as organizações que demonstram responsabilidade social podem ter vantagens competitivas em termos de fortalecer o relacionamento com clientes e fornecedores. A integração da sustentabilidade empresarial não apenas reforça práticas ligadas à responsabilidade social das entidades, mas também tem repercussões altamente favoráveis para a sociedade e o meio ambiente, as quais podem ser demonstradas nos relatórios anuais divulgados por essas organizações.


Ao adotar práticas sustentáveis, as empresas desempenham um papel fundamental na mitigação dos impactos ambientais adversos, na promoção da equidade social e na garantia da viabilidade de recursos para as gerações futuras. Lourenço e Carvalho (2013) retrata que as empresas incluem informações sobre seus programas “verdes” e de reciclagem nos seus relatórios anuais e nos específicos de sustentabilidade.

De modo análogo, algumas empresas desenvolvem um conjunto de práticas ESG do inglês "*environmental, social and governance*", que traduzidos para o português devem ser usados como ASG “ambiental, social e governança”. Silva (2022, p.3) aponta que:

Com a ascensão do debate acerca do conjunto de práticas ESG em âmbito global, a visão do que é o agir sustentável passou a incorporar o mundo empresarial como uma forma de comprometimento com o bem-estar e a justiça social e, com isso, a pauta sustentável tomou proporções mundiais para o segmento político-econômico.

Deste modo, foram retiradas informações de ebooks dos relatórios apresentados por quatro empresas que possuem práticas ESG, objetivando identificar suas ações e metas, sendo elas: Onda Eco, Ambev, Grupo Boticário e Banco Bradesco. Algumas práticas, projetos e até mesmo metas estão descritas na tabela 1.

Tabela 1: Descrição de atividades e práticas desempenhadas por algumas empresas segundo seus relatórios anuais/ semestrais.

Organização	Práticas desenvolvidas	Metas / propósitos
	<p>Produz produtos naturais, biodegradáveis, veganos, hipoalergênicos, acomodados em embalagem feita com plástico retirado do litoral e do oceano, sendo 100% reciclada e reciclável.</p>	<p>A organização descreve que busca ser uma marca de produtos de limpeza ecológicos, para a conscientização. Para isso, optaram por transparência, informação e iniciativas de impacto.</p>

	<p>Em 2021, lançaram a primeira grande cervejaria carbono neutro do Brasil, a cervejaria de Ponta Grossa (PR), e a maltaria de Passo Fundo (RS), que, juntas, atingiram 90% de redução das emissões de CO2.</p>	<p>De acordo com o relatório anual, o grupo visa em até 2025, ter o comprometimento de migrar para fontes renováveis todo o consumo de energia elétrica.</p>
	<p>Possuem 16 compromissos para o futuro; que devem ser atingidos até 2030. Alguns dos objetivos são: •mapear e solucionar 150% de todo resíduo sólido gerado pela sua cadeia; • Reduzir a desigualdade social de 1 milhão de brasileiros transformando a realidade da gestão de resíduos no Brasil; • Garantir menor impacto na água de 100% das linhas de produtos críticos.</p>	<p>Retrata no relatório de 2021, as metas relacionadas à gestão da água, agricultura sustentável, ações climáticas, ecossistema de empreendedores e consumo responsável que devem ser cumpridas até 2025.</p>
	<p>O banco possui o Programa Agricultura de Baixo Carbono (BNDES). O programa oferece taxas de juros diferenciadas para que proprietários rurais realizem a recuperação de pastagens e florestas e a adoção de tecnologias de produção que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa.</p>	<p>Buscam gerenciar e mitigar os riscos com maior potencial de intensificar as mudanças climáticas e, na agenda de oportunidades, procuram impulsionar os negócios sustentáveis e que contemplem novos modelos e soluções para redução das emissões dos gases de efeito estufa.</p>

Fonte: Elaboração própria (2023).

Desta maneira, fica evidente, que as organizações estão em busca da transparência, de se comprometer e desenvolver práticas sustentáveis que demonstrem para sociedade a responsabilidade ambiental dentro do âmbito organizacional, tendo por perspectiva a criação de novas formas de entendimento dessa temática na promoção do bem comum e principalmente na conservação da biodiversidade. Como apresentado na tabela, existem práticas distintas, que vão desde embalagens recicláveis e biodegradáveis, até compromissos com a sociedade e a gestão eficiente da água, cabendo à organização adotar as que mais se identificam e minimizem os impactos causados por seu processo produtivo.

2.6.1 Agregação de valor através de práticas Sustentáveis

A possibilidade de agregar valor para empresa, como um todo, através da inclusão de práticas sustentáveis em sua atividade produtiva é algo nítido na sociedade vigente. Mas como isso seria possível? Segundo dados de uma pesquisa realizada e publicada em e-book pela NielsenIQ (2021) 68% dos entrevistados buscam alguma característica sustentável nos produtos, que pode estar atrelado a embalagens biodegradáveis, recicladas ou recicláveis e até mesmo, produtos chamados verdes, que não são testados em animais, veganos ou que contém ingredientes naturais.

Além disso, o consumo de produtos que possuem uma preocupação com seu impacto no planeta está crescendo. Sendo assim, a maior motivação para procura desses produtos está, ainda de acordo com a pesquisa, relacionada 49,2% a preocupações ambientais, 23,7% a embalagens que não agridem o meio ambiente e 13,9% a preocupação com a saúde. Evidencia-se desta forma, que a crescente busca por produtos ecologicamente sustentáveis tem ligação direta com a preocupação com o meio ambiente e com a conservação dele.

Sob tal perspectiva, Klein (2021) enfatiza que a pressão da sociedade e do governo, através de leis e normas regulatórias, impõe às empresas adequarem seus produtos e serviços segundo princípios sustentáveis, os incorporando em seu negócio. Dessa maneira, a implementação da sustentabilidade, como abordado pelo mesmo, se tornou uma estratégia organizacional que gera um diferencial competitivo por ser progressivamente valorizado pelo mercado.

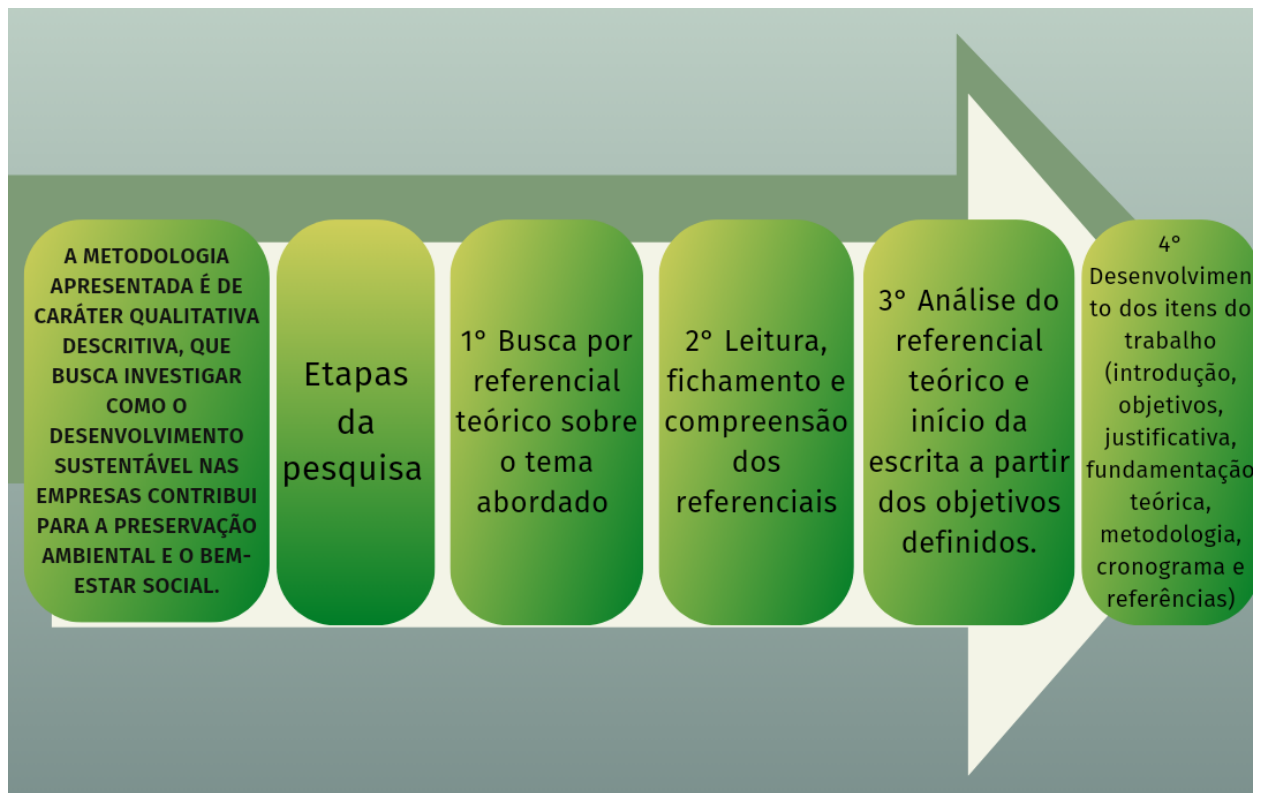
Nesse cenário, as empresas que adotam essas práticas agrega valor e gera benefícios para seu negócio ao passo que: contribui para imagem da empresa e influencia a decisão de compra dos clientes, que como apontado na pesquisa busca por produtos que se preocupem com o meio ambiente; passa a ocupar uma posição de destaque no mercado o que influencia sua permanência no mesmo; viabiliza a redução de custos que seria desencadeado pelo impacto ambiental e social negativo; além de gerar um melhor aproveitamento dos recursos em seu processo produtivo (KLEIN, 2021). Cabe enfatizar que apesar da frequente associação das práticas sustentáveis como sendo um diferencial competitivo, essa ação tornou-se não apenas um diferencial, mas sim, uma necessidade, um requisito indispensável para manutenção e sobrevivência do planeta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este projeto de pesquisa é de caráter qualitativo, utilizando da forma descritiva com a finalidade de averiguar e compreender como o desenvolvimento sustentável dentro das empresas auxilia na conservação do meio ambiente e no bem-estar social. Este tipo de pesquisa, segundo Taquette e Borges (2020) "pretende descrever realidades múltiplas, compreender e buscar significados para questões visíveis e invisíveis."

Para isso, está dividido em quatro momentos: no primeiro momento, será realizada uma busca por referenciais teóricos, para identificar conceitos e pesquisas importantes realizadas a respeito do desenvolvimento sustentável dentro das organizações; no segundo momento, será realizada leitura e compreensão dos referenciais; no terceiro momento haverá uma análise do referencial teórico e escrita a partir dos objetivos definidos. E por fim, serão desenvolvidos os seguintes itens do presente artigo: introdução, objetivos, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências. Todas essas etapas estão descritas na figura 1 abaixo.

Figura 1: Etapas da metodologia



Fonte: Elaboração própria (2023).

A coleta de dados será a partir de fontes secundárias, utilizando de pesquisas bibliográficas, que, trata-se, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 33) de um “levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre o assunto [...]”.

Neste sentido, as formas de coleta dos dados são apresentadas através de observações e análises de livros, artigos e documentos. Tendo como objetivo principal o estudo do desenvolvimento sustentável dentro das organizações e como as ações desses negócios influenciam na esfera interna e externa dessas entidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da pesquisa, observou-se que o conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu ao longo das décadas, passando por diferentes estágios de preocupação ambiental, social e econômica. Assim, uma simples adoção de práticas sustentáveis, embora seja bastante relevante, não é considerada suficiente para enfrentar problemas ambientais complexos, sendo necessário uma mudança mais profunda no sistema econômico e na cultura social. O estudo possibilitou ter uma visão abrangente e detalhada do desenvolvimento sustentável, seus antecedentes históricos, incluindo marcos importantes, como o relatório Brundtland, e suas dimensões econômicas, ambientais e sociais.

Diante disso, ficou evidente a importância das práticas empresariais sustentáveis adotadas pelas organizações e como beneficiam o meio ambiente, a sociedade e a própria marca. Atendendo assim, o objetivo investigado sobre como o desenvolvimento sustentável nas empresas auxilia na conservação do meio ambiente e no bem-estar social, sendo esse desencadeado através das práticas empresariais e de Responsabilidade social, que contribuem de forma positiva para sociedade e o meio ambiente, assim como, podem fortalecer o relacionamento com clientes e fornecedores. Destaca-se que além da adoção dessas práticas, a conscientização dos países e de toda a sociedade é outro aspecto fundamental.

Ademais, vale ressaltar o exposto por Fauth e Olivares (2022) que aborda a existência de uma conexão entre a desigualdade social e os problemas ambientais, de modo que a distribuição desigual dos recursos naturais, a pressão sobre esses recursos e a falta de controle das comunidades locais sobre a economia global continuam sendo desafios significativos. O conceito de Tripé da Sustentabilidade, que abrange os pilares econômicos, ambientais e sociais, reforça a ideia de que as empresas devem considerar todas essas dimensões para promover a sustentabilidade.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) também desempenha um papel importante, incentivando as organizações a adotarem uma abordagem que considere além dos aspectos financeiros, os impactos ambientais e as consequências sociais de suas operações. As práticas empresariais sustentáveis foram exemplificadas com empresas que buscam atender aos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) e comunicar seus esforços por meio de relatórios de sustentabilidade. As empresas desempenham um papel importante nesse

processo, adotando práticas sustentáveis e comunicando seus esforços para a sociedade e outras partes interessadas.

Por fim, vale enfatizar que em um mundo que apresenta constante mudança e enfrenta desafios ambientais e sociais diversos, a integração da sustentabilidade nas práticas de negócios é essencial. Essas práticas atendem às crescentes demandas dos consumidores por produtos e serviços sustentáveis, assim como, refletem o compromisso das empresas em gerar um impacto positivo no planeta e na sociedade. Fornece assim, uma base sólida para entender a importância do desenvolvimento sustentável e como ele influencia as organizações modernas, sendo um requisito bastante exigido, mas também uma necessidade para manutenção do planeta, visto a crise ambiental vigente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A.; STEFANO, S. R.; CHIUSOLI, C. L. Sustentabilidade organizacional na perspectiva do Triple Bottom Line: O caso Itaipu Binacional. **RECC - Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, [Paraná], v. 5, n. 1, p. 52-68, 2018. Disponível em: <https://recc.cra-pr.org.br/index.php/recc/article/view/87/96> . Acesso em: 15 maio 2023.

AMBEV. **Relatório anual e ESG**. 2021. Ebook. 180 p. Disponível em: <https://www.ambev.com.br/sites/g/files/wnfebl5836/files/Relat%C3%B3rio-Anual-e-de-ESG-Ambev-2021.pdf> . Acesso em: 29 abril 2023.

ARAÚJO, G. M.; VILLA, S. B. **O bem-estar em habitações de interesse social para um desenvolvimento sustentável**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/244833>. Acesso em: 02 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 26000: **Diretrizes sobre Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro, p. 11. 2010. Disponível em: http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16719.pdf . Acesso em: 29 abr. 2023.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 256 p.

BOTICÁRIO, G. **Relatório de impacto 2021**. Ebook. Disponível em: https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2022/07/RA-Boticario_2021_v14.pdf . Acesso em: 29 abril 2023.

BRADESCO, B. Relatório integrado 2022. Ebook. Disponível em: <https://banco.bradesco/assets/classic/pdf/sustentabilidade/bradesco-relatorio-integrado-2022.pdf>. Acesso em: 25 setembro 2023.

BRUNDTLAND, G. H. Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development United Nations Commission, Oslo, p. 1-59, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> . Acesso em: 29 ago.. 2023.

CARVALHO, A. P. M. **Estudo sobre as políticas e ferramentas de gestão ambiental no Brasil**. Journal of Education Science and Health, v. 3, n. 1, p. 14-14, 2023. <https://doi.org/10.52832/jesh.v3i1.199>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CARVALHO, G. O. (2019). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. **RG&SA - Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 789-792, jan./mar. 2019. DOI 10.19177/rgsa.v8e12019779-792. Disponível em: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v8e12019789-792>. Acesso em: 05 maio 2023.

DRUNN, K. C.; GARCIA, H. M.; UNIC, F. P. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas organizações. **Revista científica eletrônica de ciências sociais aplicadas da Eduvale**, Jaciara - MT, n. 6, p. 11, nov. 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/desenvolvimento-sustentavel-e-gestao-ambiental-nas-organizaoes>. Acesso em: 25 maio 2023.

ECO, O. **Relatório trimestral de sustentabilidade**. 2023. Ebook. Disponível em: <https://www.ondaeco.com.br/relatorio-trimestral-de-sustentabilidade-2023>. Acesso em: 6 setembro 2023.

FAUTH, G., OLIVARES, A. Uma aproximação entre direito e sustentabilidade a partir do pluralismo jurídico: Abordagens teóricas críticas. *In*: FAUTH, G., OLIVARES, A. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte: Dom Helder, v. 19, n. 45, p. 139-156, set./dez. 2022. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/issue/view/72>. Acesso em: 12 maio 2023.

HORSZCZARUK, J. P. O desenvolvimento sustentável como direito fundamental para a garantia de direitos ambientais. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 3856-3878, 2023. DOI 10.56083/RCV3N5-022. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV3N5-022>. Acesso em: 10 maio 2023.

KLEIN, C. F. **Desenvolvimento sustentável nas organizações: um estudo sobre práticas sustentáveis em empresas na região das hortênsias**. 2021. 163 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, Campus Universitário da Região das Hortênsias, Canela – RS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/9052>. Acesso em: 22 set. 2023.

LOURENÇO, M. L.; CARVALHO, D. M. W. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 9-38, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2346>. Acesso em: 25 maio 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: projeto de pesquisa / pesquisa bibliográfica / teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 239 p.

MARTOFEL, G. K. *et al.* Empreendedorismo sustentável: revisão sistemática de conceitos e escalas de mensuração aplicadas às empresas. *In*: JEPEX - Jornada de ensino pesquisa e extensão, 9., 2020, Erechim - RS, v. 9. Disponível em: <https://eventos.ifrs.edu.br/index.php/JEPEXErechim/JepexErechim2020/paper/view/8905>. Acesso em: 20 maio 2023.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. Corporate social responsibility: a theory of firme perspective. *The Academy of Management Review* v. 26 p.117-127, 2001. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=McWilliams+%26+Siegel+%282001%29&btnG=#d=gs_qabs&t=1702029839073&u=%23p%3DFIV0AjBBNJsJ. Acesso em: 24 maio 2023.

MOLINA, M. C. G. Desenvolvimento sustentável: do conceito de desenvolvimento aos indicadores de sustentabilidade. **RMGC - Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 75-93, 2019. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/view/1889>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MUNCK, L.; GALLELI, B.; SOUZA, R. B. **Competências para a sustentabilidade organizacional: a proposição de um framework representativo do acontecimento da**

ecoeficiência. Produção, Londrina - PR, v. 23, n. 3, p. 652-669, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/QyNngnc6CNfVh7DkHGwX6KTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2023.

NASCIMENTO, E. P. **Trajectoria da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico.** Estudos Avançados, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

NIELSENIQ. **Tendências de sustentabilidade e saudabilidade no consumo brasileiro.** 2021. E-book. 18 p. Disponível em: <https://nielseniq.com/wp-content/uploads/sites/4/2021/10/Ebook-Tendencias-de-sustentabilidade-e-saudabilidade-no-consumo-brasileiro.pdf>. Acesso em: 7 out. 2023.

PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v. 11, n. 2, p. 85-102, abr./jun. 2016. DOI 10.15675/gepros.v11i2.1403. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1403>. Acesso em: 28 maio 2023.

PEREIRA, G.N. **O desenvolvimento sustentável nas empresas brasileiras e seus critérios de reconhecimento.** 2022. 21 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS), Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4533>. Acesso em: 10 maio 2023.

PONTES, O. M., FIGUEIREDO, F. F. (2023). **conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável: outro mundo é possível?** *HOLOS*, 1(39). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12036> . Acesso em: 03 jun. 2023.

POZZETTI, D. G.; POZZETTI, L.; POZZETTI, V. C. THE IMPORTANCE OF THE PRECAUTIONARY PRINCIPLE IN THE FRAMEWORK OF ENVIRONMENTAL CONSERVATION. **Journal of Law and Sustainable Development**, São Paulo (SP), v. 8, n. 2, p. 175–189, 2020. DOI: 10.37497/sdgs.v8i2.37. Disponível em: <https://ojs.journalsdgs.org/jlss/article/view/37>. Acesso em: 7 dez. 2023.

RUSSO, R. O. Desenvolvimento sustentável visto da complexidade: uma breve revisão / Complex thought: a subject of sustainability. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 37993-38000, may. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/48122>. Acesso em: 12 maio 2023.

SANTOS, G. F. dos; WEBER, A. L. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial: uma análise entre a teoria e a prática. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 247–267, 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.51.247-267. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8798>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, L. H. V. **Aplicação e impactos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em grandes empresas privadas do setor industrial no Brasil.** 2021, 157 p. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas,

2021. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15255>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SILVA, L. S. **A Adoção De Práticas ESG Por Empresas Brasileiras De Capital Aberto**. 2022, Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34625/1/Ado%c3%a7%c3%a3oPr%c3%a1tica_sESG.pdf. Acesso em: 18 outubro 2023.

SUGAHARA, C. R.; RODRIGUES, E. L. **Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa**. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 49, p. 30-43, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75261084003>. Acesso em: 04 jun. 2023.

TAQUETTE, S. R.; BORGES, L. **Pesquisa qualitativa para todos**. 1. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2020. 32 págs. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204149>. Acesso em: 20 mar. 2023.